



**PREVIC**  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

**Ofício Circular nº 14/2016/DIFIS/PREVIC**

Brasília-DF, 20 de julho de 2016.

Aos

Diretores responsáveis pelo cumprimento da Lei n.º 9.613/98 e da Instrução Previc nº 18/14

**Assunto:** Comunicados publicados pelo GAFI/FATF

Prezados(as) Senhores(as),

1. Na intenção de dar cumprimento à Lei nº 9.613, de 03 de março 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, em específico à disposição do artigo 11, inciso I, regulamentado por esta Superintendência Nacional de Previdência Social – PREVIC através da Instrução nº 18, de 24 de dezembro de 2014, informo que o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo (GAFI/FATF) aprovou e publicou em 24 de junho de 2016 novos comunicados que relaciona países e jurisdições com deficiências estratégicas na prevenção da lavagem de dinheiro e no combate ao financiamento ao terrorismo.

2. Os comunicados foram traduzidos à língua portuguesa pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e está disponível no endereço eletrônico:

<http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/comunicado-do-gafi-de-24-de-junho-de-2016>

<http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/aprimorando-a-observancia-global-ald-cft-processo-contínuo-2013-24-de-junho-de-2016>

Atenciosamente,

**SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI**

*Diretor de Fiscalização  
DIFIS/PREVIC*

**JOSÉ ROBERTO FERREIRA**

*Diretor Superintendente  
PREVIC*

## **Comunicado público – 24 de Junho de 2016**

Busan, Coreia, 24 de Junho de 2016 – O Grupo de Ação Financeira (GAFI) é um órgão que estabelece padrões globais no âmbito de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo (LD/FT). Para proteger o sistema financeiro internacional de riscos e encorajar maior observância aos padrões LD/FT, o GAFI identificou as jurisdições que possuem deficiências estratégicas para, juntamente com elas, tratar tais deficiências que colocam em risco o sistema financeiro internacional.

*Jurisdições sujeitas à designação do GAFI para que seus membros e outras jurisdições apliquem contramedidas para proteger o sistema financeiro internacional dos riscos correntes e substanciais de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo (LD/FT), provenientes dessas jurisdições.*

### **República Popular Democrática da Coreia (RPDC)**

O GAFI continua particular e excepcionalmente preocupado com o fracasso da RPDC em solucionar o risco de financiamento do terrorismo e o combate à lavagem de dinheiro e a séria ameaça que isto representa para a integridade do sistema financeiro internacional. Além disso, o GAFI está preocupado com a ameaça imposta pelas atividades ilícitas da RPDC relacionadas a proliferação de armas de destruição maciça (ADM) e seu financiamento.

O GAFI reitera o apelo de 25 de Fevereiro de 2011 aos seus membros e exorta todas as jurisdições a orientarem suas instituições financeiras a prestarem atenção especial nas relações e operações comerciais com a RPDC, incluindo empresas e instituições financeiras da RPDC, além de outros que trabalham a seu favor. Além da análise aprimorada, o GAFI pede aos seus membros e a todas as jurisdições que apliquem contramedidas eficazes e sanções financeiras específicas de acordo com as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que protejam seus setores financeiros dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (LD/FT) provenientes da RPDC. As jurisdições também devem se proteger das relações de correspondência usadas para evitar ou driblar contramedidas e práticas de mitigação de risco, e analisar pedidos de instituições financeiras da RPDC para abrir agências ou subsidiárias em sua jurisdição.

### **Irã**

O GAFI dá as boas vindas ao Irã pela adoção, e o alto grau de comprometimento político, de um Plano de Ação para tratar de suas deficiências estratégicas de combate à LD/FT, e sua decisão em buscar auxílio técnico na implementação do Plano de Ação. O GAFI, portanto, suspendeu as contramedidas por doze meses a fim de monitorar o progresso do Irã na implementação do Plano de Ação. Caso o GAFI verifique que o Irã não demonstrou um progresso suficiente na implementação do Plano de Ação ao fim desse período, as contramedidas serão reafirmadas. Caso o Irã cumprir com suas obrigações com relação ao Plano de Ação no tempo determinado, o GAFI irá considerar os próximos passos a este respeito.

Irã continuará na declaração pública do GAFI até que todo o Plano de Ação seja concluído. Até que o Irã implemente as medidas necessárias para corrigir as deficiências identificadas no Plano de Ação, o GAFI continuará preocupado com o risco de financiamento do terrorismo vindos do

Irã e a ameaça que isto representa para o sistema financeiro internacional. o GAFI portanto reitera aos seus membros e exorta todas as jurisdições a continuarem a orientar suas instituições financeiras a aplicarem as devidas medidas eficazes nas relações e operações comerciais com pessoas físicas e jurídicas do Irã, de acordo com a Recomendação 19 do GAFI. O GAFI ressalta ao Irã que atenda plenamente suas deficiência de LD/FT, em especial às relacionadas ao financiamento do terrorismo.

O GAFI continuará a engajar o Irã e vai monitorar de perto seu progresso.

## **Aprimorando a Observância Global ALD/CFT: processo contínuo – 24 de Junho de 2016**

Busan, Coreia, 24 de Junho de 2016 – Como parte de sua atual análise da observância dos padrões ALD/CFT, o GAFI identificou, até o momento, as seguintes jurisdições com deficiências estratégicas ALD/CFT, para as quais foi desenvolvido um plano de ação em parceria com o GAFI. Apesar de a situação diferir de uma jurisdição para outra, cada jurisdição apresentou por escrito seu comprometimento político de alto nível para tratar as deficiências identificadas. O GAFI encoraja tais comprometimentos.

Várias jurisdições ainda não foram examinadas pelo GAFI. O GAFI continua, em um processo ininterrupto, a identificar outras jurisdições que representam risco ao sistema financeiro internacional.

O GAFI e os grupos regionais estilo GAFI (FSRBs) continuarão trabalhando com as jurisdições citadas abaixo e comunicará o seu progresso no tratamento das deficiências identificadas. O GAFI exorta essas jurisdições a concluírem a implantação dos planos de ação de forma eficiente e dentro dos prazos propostos. O GAFI irá monitorar a implantação desses planos de ação e encoraja os seus membros a considerarem as informações apresentadas abaixo.

### **Jurisdições que possuem deficiências estratégicas:**

- Afeganistão
- Bósnia e Herzegovina
- Guiana
- Iraque
- Laos
- Iraque
- Síria
- Uganda
- Vanuatu
- Iêmen

### **Jurisdições que não fazem mais parte do processo contínuo de observância de aplicação dos padrões ALD/CFT do GAFI:**

- Myanmar
- Papua-Nova Guiné

### **Afeganistão**

Em Junho de 2012, o Afeganistão se comprometeu em alto nível político a trabalhar com o GAFI e o APG de modo a tratar suas deficiências estratégicas ALD/CFT. Desde Fevereiro de 2016, o Afeganistão tem tomado medidas no sentido de melhorar o seu regime ALD/CFT, incluindo o congelamento dos requerimentos dos bens terroristas. No entanto, o GAFI determinou que certas deficiências estratégicas devem continuar a implementar uma estrutura jurídica para identificar, traçar e congelar os bens terroristas. O GAFI encoraja o

Afganistão a tratar as deficiências remanescentes e continuar o processo de implementação do seu plano de ação.

#### **Bósnia e Herzegovina**

Em junho de 2015, a Bósnia e Herzegovina se comprometeu em alto nível político a trabalhar com o GAFI e o MONEYVAL para tratar suas deficiências estratégicas de ALD/CFT. Bósnia e Herzegovina deve continuar a implementar seu plano de ação para corrigir essas deficiências, incluindo: (1) harmonizar a criminalização do financiamento do terrorismo em todos os códigos penais; (2) estabelecer e implementar uma estrutura jurídica adequada para o bloqueio de bens de terroristas sob a UNSCR 1373; (3) implementar um quadro de supervisão adequado; (4) implementar medidas adequadas de ALD/CFT para o setor sem fins lucrativos; (5) estabelecer e implementar controles adequados de moedas transnacionais; (6) harmonizar a criminalização de lavagem de dinheiro em todos os códigos penais; e (7) garantir os procedimentos adequados para o confisco de bens. O GAFI encoraja a Bósnia e Herzegovina a continuar tratando suas deficiências ALD/CFT através da implantação de seu plano de ação.

#### **Guiana**

Desde Outubro de 2014, quando a Guiana se comprometeu politicamente em alto nível a trabalhar com o GAFI e o CFATF a fim de tratar suas deficiências estratégicas ALD/CFT, a Guiana tem tratado consideravelmente de seu plano de ação em nível técnico, incluindo: (1) criminalização adequada de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; (2) estabelecimento e implementação adequadas dos procedimentos de confisco de bens relacionados a lavagem de dinheiro; (3) estabelecimento e implementação de uma estrutura jurídica para identificar, traçar e congelar os bens terroristas; (4) estabelecimento operacional completo e funcionamento efetivo de unidade de inteligência financeira; (5) estabelecimento de medidas efetivas das diligências de clientes e melhoria na transparência financeira; (6) requerimentos reforçados de comunicação de operação suspeita; (7) implementação de uma estrutura de supervisão adequada. O GAFI conduzirá uma visita no local para confirmar que o processo de implementação das reformas e ações requeridas está no caminho para solucionar as deficiências previamente identificadas pelo GAFI.

#### **Iraque**

Em outubro de 2013, o Iraque se comprometeu politicamente em alto nível a trabalhar com o GAFI e o MENAFATF, a fim de tratar suas deficiências estratégicas ALD/CFT. Entretanto, o GAFI determinou que certas deficiências estratégicas permanecem. O Iraque deve continuar a implementação do seu plano de ação, incluindo: (1) criminalização adequada da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo; (2) estabelecimento e implementação de uma estrutura legal e de procedimentos para identificar e congelar bens pertencentes a terroristas; (3) garantia de que todas as instituições financeiras estão sujeitas a requisitos adequados de vigilância ao cliente; (4) garantia de que todas as instituições financeiras podem ser submetidas a Comunicações de Operações Suspeitas; (5) implementação de uma Unidade de Inteligência Financeira completamente operacional e efetivamente funcional; e (6) estabelecimento e implementação de programas adequados de supervisão e fiscalização para

todos os setores financeiros. O GAFI encoraja o Iraque a tratar as deficiências remanescentes ao implantar seu plano de ação.

## **Laos**

Em junho de 2013, Laos se comprometeu politicamente em alto nível a trabalhar com o GAFI e o MENAFATF, a fim de tratar suas deficiências estratégicas ALD/CFT. Desde Fevereiro de 2016, Laos tomou medidas significantes para melhorar seu regime ALD/CFT, incluindo emissão de instruções de medidas provisórias relacionadas a LD/FT. Entretanto, o GAFI determinou que certas deficiências estratégicas permanecem. Laos deve continuar a implementar seu plano de ação a fim de corrigir essas deficiências, inclusive: (1) criminalizando adequadamente a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo; (2) criando e implantando uma legislação adequada para a identificação, o rastreamento e o bloqueio de bens pertencentes a terroristas; (3) implantando um sistema adequado de fiscalização e vigilância ALD/CFT para todos os setores financeiros; e (4) estabelecendo e implantando controles eficazes para operações transnacionais em espécie. O GAFI encoraja Laos a tratar as deficiências remanescentes e a continuar seu processo de implantação de seu plano de ação.

## **Síria**

Desde fevereiro de 2010, quando a Síria se comprometeu politicamente em alto nível a trabalhar com o GAFI e o MENAFATF a fim de tratar suas deficiências estratégicas ALD/CFT, o país obteve importantes progressos para aprimorar seu regime ALD/CFT. Em junho de 2014, o GAFI verificou que a Síria tinha concluído substancialmente seu plano de ação a nível técnico, incluindo a criminalização do financiamento do terrorismo e o estabelecimento de procedimentos para o bloqueio de bens pertencentes a terroristas. Embora o GAFI tenha verificado que a Síria implementou seu plano de ação acordado com o GAFI, devido a questões de segurança, não será realizada uma visita *in situ* para confirmar se o processo de implantação das reformas e ações solicitadas está em andamento. O GAFI continuará a monitorar a situação e realizará uma visita *in situ* o mais breve possível.

## **Uganda**

Em fevereiro de 2014, Uganda assumiu o compromisso político de alto nível para trabalhar com o GAFI e ESAAMLG para tratar suas deficiências estratégicas de ALD/CFT. Desde o plano de ação inicial, a Uganda foi objeto de avaliação mútua que destacou outras deficiências estratégicas. Tais deficiências foram incluídas no plano de ação revisado, no qual um novo compromisso político foi estabelecido em Junho de 2016. A Uganda deve continuar a implementação do seu plano de ação a fim de corrigir as seguintes deficiências: (1) criminalizar adequadamente o financiamento do terrorismo; (2) estabelecer base jurídica adequada para o bloqueio de bens pertencentes a terroristas com relação ao UNSCR 1267 e 1373 e subsequentes resoluções; (3) garantir que todas as instituições financeiras estejam sujeitas a manutenção de registros adequada; (4) implementação de uma Unidade de Inteligência Financeira completamente operacional e efetivamente funcional; (5) introduzir e implementar uma base jurídica apropriada que permita às autoridades competentes fornecer uma ampla assistência jurídica mútua; e (6) garantir que leis e processos concordam com o acordo de cooperação jurídica internacional para as unidades de inteligência financeira e para as

autoridades de supervisão. O GAFI encoraja Uganda a tratar as deficiências remanescentes e a continuar seu processo de implantação de seu plano de ação.

#### **Vanuatu**

Em fevereiro de 2016, Vanuatu assumiu o compromisso político de alto nível para trabalhar com o GAFI e APG para tratar suas deficiências estratégicas de ALD/CFT. Desde então o país tem removido a barreira de troca de informação entre UIFs e autoridades competentes e fornecido orientação com relação a bloqueio de bens e relatório de bloqueio de bens. Vanuatu deve continuar a implementar seu plano de ação para tratar essas deficiências, incluindo: (1) criminalizar adequadamente a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo; (2) estabelecer e implantar uma legislação adequada para procedimentos de confisco dos bens relacionados a lavagem de dinheiro; (3) criar e implantar uma legislação adequada para a identificação, o rastreamento e o bloqueio de bens pertencentes a terroristas e outras sanções da UNSCR; (4) implementando uma Unidade de Inteligência Financeira completamente operacional e efetivamente funcional; (5) fortalecendo medidas preventivas, inclusive de transferências bancárias; (6) estabelecer transparência para o setor financeiro, e também para pessoas jurídicas e contratos; (7) implementar um sistema adequado de fiscalização e vigilância ALD/CFT para todos os setores financeiros, fundos e fornecedores de serviços empresariais; e (8) desenvolver ferramentas de cooperação jurídica internacional e coordenação de políticas e ações locais com o fim de identificar riscos e garantir a efetividade da implementação. O GAFI encoraja Vanuatu a continuar a implementar seu plano de ação para tratar das deficiências remanescentes.

#### **lêmen**

Desde Fevereiro de 2012, quando o lêmen assumiu o compromisso político de alto nível para trabalhar com o GAFI e MENAFATF para tratar suas deficiências estratégicas de ALD/CFT, o país progrediu em seu regime de melhoria da ALD/CFT. Em Junho de 2014, o GAFI determinou que o lêmen estava tratando consideravelmente seu plano de ação a nível técnico, incluindo a criminalização adequada de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; estabelecimento de procedimentos para identificar e bloquear bens pertencentes a terroristas; melhoria da vigilância da clientela e de requerimentos de comunicação de operação suspeita; fornece orientação; desenvolver o monitoramento e a capacidade de supervisão das autoridades dos setores financeiros e das Unidades de Inteligência Financeira; e estabelecimento de uma Unidade de Inteligência Financeira completamente operacional e efetivamente funcional. Embora o GAFI tenha verificado que o lêmen implementou seu plano de ação acordado com o GAFI, devido a questões de segurança, não será realizada uma visita *in situ* para confirmar se o processo de implantação das reformas e ações solicitadas está em andamento. O GAFI continuará a monitorar a situação e realizará uma visita *in situ* o mais breve possível.

**Jurisdições que não fazem mais parte do processo contínuo de observância de aplicação dos padrões ALD/CFT do GAFI:**

#### **Myanmar**

O GAFI felicita o progresso significativo da Myanmar na melhoria do seu regime ALD/CFT e observa que o país estabeleceu o quadro jurídico e regulatório para cumprir os seus compromissos no seu plano de ação sobre as deficiências estratégicas que o GAFI identificou em Fevereiro de 2010. A Myanmar, portanto, não está mais sujeita a processo de monitoramento do GAFI sob seu processo de observância ALD/CFT global em curso. Myanmar vai trabalhar junto ao APG tendo em vista que o país continua a sanar toda a gama de questões ALD/CFT identificadas no seu relatório de avaliação mútua.

#### **Papua-Nova Guiné**

O GAFI felicita o progresso significativo da Papua-Nova Guiné na melhoria do seu regime ALD/CFT e observa que o país estabeleceu o quadro jurídico e regulatório para cumprir os seus compromissos no seu plano de ação sobre as deficiências estratégicas que o GAFI identificou em Fevereiro de 2014. A Papua-Nova Guiné, portanto, não está mais sujeita a processo de monitoramento do GAFI sob seu processo de observância ALD/CFT global em curso. Papua-Nova Guiné vai trabalhar junto ao APG tendo em vista que o país continua a sanar toda a gama de questões ALD/CFT identificadas no seu relatório de avaliação mútua.